

HABEAS CORPUS Nº 493.602 - MG (2019/0043811-3)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
MÁRCIO TEIXEIRA BRETAS - MG077509
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : FERNANDO RODRIGUES DUARTE (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **FERNANDO RODRIGUES DUARTE**, apontando como autoridade coatora o eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**.

Depreende-se dos autos que, após a unificação das penas, o d. Juízo da Execução estabeleceu a data da última prisão do paciente como marco para a concessão de benefícios da execução (fl. 345).

Irresignado, o Ministério Público interpôs agravo em execução, para o qual o eg. Tribunal de origem deu provimento, a fim de estabelecer a data do trânsito em julgado da última sentença condenatória como data-base para novos benefícios.

Após embargos infringentes opostos pelo paciente, o julgado pelo eg. Tribunal **a quo** restou assim ementado (fl. 447):

"EMENTA: EMBARGOS INFRINGENTES. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. MARCO INICIAL PARA CONCESSÃO DE FUTUROS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DA ÚLTIMA CONDENÇÃO. PROIBIÇÃO DA REFORMATIO IN PEJUS. FIXAÇÃO DA DATA DA PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA SUPERVENIENTE. POSSIBILIDADE. EMBARGOS NÃO ACOLHIDOS.

- Considerando a ausência do trânsito em julgado da última condenação quando da unificação das penas e o princípio da proibição da reformatio in pejus, deve ser fixada, neste caso específico, a data da publicação da última sentença como marco

inicial para a concessão de futuros benefícios ao reeducando."

Daí o presente **writ**, no qual a Defensoria Pública, ora impetrante, alega, em resumo, que o paciente sofre evidente constrangimento ilegal, uma vez que não há qualquer determinação legal para a interrupção do prazo para novos benefícios após a unificação das penas.

Sustenta que o **decisum** vergastado é meramente declaratório, pois o paciente se encontra em regime fechado desde sua última prisão, em 25/11/2016.

Aduz afronta ao art. 111 da Lei de Execução Penal, que prevê que, sobrevindo condenação no curso da execução, as penas devem ser somadas para a determinação do regime.

Argumenta que, com o advento de nova condenação, não havendo previsão legal expressa, não é possível a interrupção de lapso temporal para progressão de regime quando da soma das penas, tal interrupção somente é legalmente permitida quando da homologação de sanção disciplinar grave pelo juiz competente - não é o caso em epígrafe.

Para tanto, invoca ofensa a diversos princípios, como legalidade, vedação ao excesso na execução, ampla defesa e isonomia.

Requer a concessão da ordem, inclusive LIMINARMENTE, para se suspender os efeitos do v. acórdão vergastado até o julgamento definitivo deste **writ**. Ao final, seja concedida a ordem definitiva a fim de reformar o r. acórdão objurgado para que a unificação da pena não interrompa o período para aquisição de benefícios da execução penal, haja vista que a decisão de unificação não resultou em modificação de regime prisional, devendo ser considerada a data de 25/11/2016 como marco para obtenção de benefícios.

É o relatório.

Decido.

A **Terceira Seção** desta Corte Superior de Justiça, em 22/2/2018,

ao julgar o **REsp n. 1.557.461/SC**, Relator o Ministro **Rogério Schietti Cruz**, e o **Habeas Corpus n. 381.248/MG**, de relatoria da Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, com Relator para o acórdão, o Ministro **Sebastião Reis Júnior**, sedimentou o entendimento de que a alteração da data-base para a concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal.

Verifica-se, portanto, a presença dos requisitos autorizadores da medida urgente, uma vez que a decisão vergastada está em confronto com a nova orientação jurisprudencial firmada pela **Terceira Seção** desta Corte Superior de Justiça e, portanto, configura constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **concedo a liminar, parcialmente**, apenas para suspender, até o julgamento do mérito deste **writ**, os efeitos da decisão proferida pelo eg. Tribunal de origem.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade indigitada de coatora, bem como ao d. Juízo das Execuções Penais.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator